



JORNAL DA

UNIDADE CLASSISTA

MARÇO DE 2023

UNIR AS LUTAS PARA EMANCIPAR A CLASSE

www.unidadeclassista.org.br



8 M – A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS NO BRASIL

A entrada no novo ano significou um respiro para as mulheres brasileiras. Deixamos para trás um governo que sempre defendeu um lugar de subalternidade para o gênero feminino (e para os gêneros dissidentes), além do tutelamento dos corpos e dos direitos reprodutivos.

Já na primeira semana após a posse, o governo Lula revogou uma série de medidas conservadoras que haviam sido implementadas por Bolsonaro e Damascos, e que feriam os direitos das mulheres e demais pessoas com útero. A nova ministra da saúde, Nísia Trindade, prometeu mais atenção às questões de saúde pública da mulher, e maior diálogo com o SUS, seus conselhos e sindicatos. Porém, nem todas as demandas estão na pasta da saúde, e o governo de conciliação nos impõem incertezas.

A Unidade Classista vem denunciando, por exemplo, o desamparo das mulheres trabalhadoras vítimas de violência doméstica. Uma vez que a Lei Maria da Penha protege apenas aquelas que estão vinculadas à CLT, deixando à deriva uma parcela significativa de mulheres em situação de trabalho precarizado ou desempregadas, princi-

palmente negras e periféricas. É urgente que o Poder Público dê alguma resposta para os números alarmantes de feminicídios.

Além disso, são as mulheres que mais sofrem com os efeitos das contrarreformas implementadas desde o governo golpista. A EC do Teto de Gastos precariza a vida, empobrece a qualidade dos serviços públicos, especialmente saúde e educação, diminui o acesso às políticas de assistência social e diminui o investimento em segurança pública. Lula sinalizou uma tímida possibilidade de reverter a Reforma Trabalhista, que contribui enormemente para manter mulheres em situação de vulnerabilidade.

O 8 de Março, como Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, precisa levantar as bandeiras da nossa classe.

Pela ampliação da proteção às vítimas de violência doméstica!

Pela legalização do aborto, gratuito e seguro!
Pela imediata revogação das Contrarreformas!

FEMINISMO CLASSISTA, FUTURO SOCIALISTA!

SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM LUTA NA MESA DE NEGOCIAÇÃO

Os servidores públicos federais iniciaram o mês de fevereiro com a abertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo federal. Fasubra, Sinasefe e Andes, entre outras entidades, participam da mesa através do FONASEFE, que tem reivindicado um reajuste salarial de 26,94%. Este valor refere-se ao período de quatro anos de inflação em que não houve reajuste do governo Bolsonaro, além de aumento nos valores dos benefícios, que estão defasados há anos.

Juntamente à pauta salarial, defende-se a revogação de todas as instruções normativas, portarias e decretos que atacam diretamente os servidores da educação e o cumprimento da data-base. Porém sabemos que isto não basta. Além da

luta pela regulamentação da política de recomposição e valorização salarial, para que a educação pública de qualidade seja possível é fundamental a recomposição do orçamento da educação e da ciência e tecnologia.

Neste sentido, a Unidade Classista defende a imperiosa necessidade de que os servidores públicos federais organizem-se em seus locais de trabalho, não só acompanhando as negociações, mas reunindo-se em assembleias e em mobilizações públicas e de rua. É fundamental que as direções sindicais e os Fóruns que reúnem entidades de classe estejam juntos lutando contra as desigualdades sociais e pela construção da contraofensiva dos trabalhadores!



@unidadeclassista_nacional



@unidadeclassista_oficial



@unidadeclassista_oficial



OS PREÇOS SOBEM E OS SALÁRIOS SEMPRE CAEM! ASSIM NÃO DÁ!

Não é de hoje que o valor dos salários têm sido corroídos pela inflação, os preços dos produtos da cesta básica e de outras mercadorias estão cada vez mais caros. **Os preços sobem e os salários sempre caem! Assim, as contas da família do trabalhador nunca fecham.**

Durante os governos de Temer e Bolsonaro esta situação piorou bastante, pois o salário-mínimo foi apenas corrigido pela inflação oficial.

O poder de compra do salário mínimo no Brasil sempre esteve defasado, como apontam os estudos do Departamento Intersindical de Estatísticas - DIEESE. **Por exemplo, hoje o salário mínimo para uma família de 4 pessoas teria que ser de R\$ 6.641,68.**

Entrada ano, sai ano e entra governo, sai governo e esta situação não se modifica significativamente. Para piorar a situação a tabela do imposto de renda que retém parte dos nossos salários na fonte também não é reajustada nem ao menos pelos valores da inflação e esta situação também contribui para reduzir o valor dos nossos salários.

Mesmo nos governos em que houve uma política de valorização dos salários, esta valorização ficou muito aquém das possibilidades dos patrões e governos, pois esta situação atinge a todos os trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada ou servidores e empregados públicos.

Sendo assim, é mais do que necessário organizarmos a luta para transformarmos a valorização dos salários em Lei, de política de governo em política de Estado, ou seja, precisamos de uma Lei

que obrigue patrões e governos e valorizarem os salários.

Essa política seria regulamentada pela **LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL** e os trabalhadores precisam construí-la coletivamente e junto da política de recomposição e valorização salarial, precisamos tornar o debate da política fiscal popular entre a nossa classe. **Quem tem mais paga mais e quem tem menos paga menos ou nem sequer paga, pelo contrário recebe. Isto é justiça social.**

Precisamos reverter essa lógica de impostos sobre o consumo da classe trabalhadora enquanto a burguesia tem a isenção dos tributos sobre lucros e dividendos.

Temos que pensar conjuntamente as soluções possíveis para os trabalhadores e para isso, convidamos a todas e todos para participar ativamente da construção do **Encontro Nacional da Classe Trabalhadora - ENCLAT**, para que possamos junto com os nossos sindicatos formularmos e reivindicarmos estas e outras Leis em defesa dos nossos interesses e para debatermos de forma permanente, além dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, a construção revolucionária de uma sociedade socialista, para acabarmos de uma vez por todas com a exploração e a opressão dos patrões e governos sobre toda a classe trabalhadora.

Avante, camaradas!

UNIDADE CLASSISTA, FUTURO SOCIALISTA!